



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 46487

Folha 1/2

Vinculado
ao:

☒ Auto de Fiscalização nº 351/2012 de 7/12/2012

☐ Boletim de Ocorrência nº - de -

Lavrado em Substituição ao AI nº -

2. Agenda:

☐ FEAM

☒ IEF

3. Órgão Autuante:

☐ FEAM

☐ IGAM

☐ IEF

☐ PMMG

☒ SUPRAM

4. Penalidades Aplicadas: 1- ☐ Advertência 2- ☐ Multa Simples 3- ☐ Multa Diária 4- ☐ Apreensão 5- Embargo: ☐ de Obra ou ☐ de Atividade
6- Suspensão: ☐ de Atividade ☐ de Venda ☐ de Fabricação 7- ☐ Demolição obra 8- ☐ Restritiva Direitos
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

5. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento

☐ CPF ☐ CNPJ

☐ RG ☐ RGP ☐ Título Eleitoral ☐ CNH-UF ☐ Placa do Veículo ☐ RENAVAM

Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência)

Nº. / Km

Complemento

Bairro/Logradouro

Município

UF

CEP

Cx Postal

Fone:

E-mail

6. Atividade

☐ AAF ☒ Licenciamento ☐ DAIA ☐ Outorga ☐ Não há processo ☐ Processo nº

Atividade desenvolvida:

Código da Atividade

Porte

Classe

7. Outros
Envolvidos
Responsáveis

Nome do 1º envolvido

☐ CPF

☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

Nome do 2º envolvido

☐ CPF

☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc

Complemento (apartamento, loja,
outros)

Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade

Município

CEP

Fone

Infração em ambiente aquático: ☐ Rio ☐ Córrego ☐ Represa ☐ Reservatório UHE ☐ Pesque-Pague ☐ Criatório ☐ Tanque-rode

☐ Outro

Denominação do local:

Coord.

Geográficas:

DATUM

☐ SAD 69 ☐ Córrego Alegre

Latitude:

Grado

Minuto

Segundo

Longitude:

Grado

Minuto

Segundo

Planas: UTM

FUSO

22 23 24

X=

(6 dígitos)

Y=

(7 dígitos)

Referência do Local:

9. Descrição da Infração

Descrição da Infração: ...

Assinatura do Agente Autuante-MASP/Matricula

Assinatura do Autuado

072 44/007/003/2012
AI 0074712/2012

10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Orgão
	01	86	III	301	-	-	4444/2008	14-201/2008				
02	86	III	305	-	-	4444/2008	14-201/2008					
03	86	III	312	-	-	4444/2008	14-201/2008					

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

12. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar

13. Penalidades aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	01	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 11.552,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.552,00
02	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	
03	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 302.000,00	R\$ 52.200,00	R\$ 354.200,00	
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$	
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$	

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ()

Valor total das multas: R\$ 369.752,00 (trezentos e sessenta e nove mil e setecentos e dois reais)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ()

14. Demais penalidade/ Recomendações / Observações
Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações
Atividade de restauração ambiental para os municípios de Governador Valadares e União do Sul de Minas, com o objetivo de regularizar a situação das áreas degradadas e promover a recuperação ambiental.

15. Testemunha			
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF	<input type="checkbox"/> CNPJ	<input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km	Bairro / Logradouro	Município
UF	CEP	Fone ()	Assinatura

16. Testemunha			
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF	<input type="checkbox"/> CNPJ	<input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km	Bairro / Logradouro	Município
UF	CEP	Fone ()	Assinatura

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA ☐ PRESIDENTE/FEAM ☐ DIRETOR GERAL/IGAM ☐ DIRETOR GERAL/IEF NO SEGUINTE ENDEREÇO:

SUPRAM - Rua Gonçalves Dias 102 - 1º andar - Vila Santa Helena - Belo Horizonte - MG, CEP: 31220-000

(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

Local: GOVERNADOR VALADARES				Dia: 21		Mês: 12		Ano: 2011		Hora: 15:30	
17. Assinaturas	Servidor (Nome Legível)	MA SP/Matrícula	Autuado/Empreendimento (Nome Legível)								
	Assinatura do servidor		Função/Vínculo com o Autuado								
	[] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG		Assinatura do Autuado/Representante Legal								



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº: 46487



Vinculado ao:

☒ Auto de Fiscalização nº 251/2011
☐ Boletim de Ocorrência nº -

Lavrado em Substituição ao AI nº -

2. Agenda: ☐ FEAM ☒ IEF ☐ IGAM

3. Órgão Autuante: ☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ PMMG
☒ SUPRAM

4. Penalidades Aplicadas: 1- ☐ Advertência 2- ☒ Multa Simples 3- ☐ Multa Diária 4- ☐ Apreensão 5- Embargo: ☐ de Obra ou ☐ de Atividade
6- Suspensão: ☒ de Atividade ☐ de Venda ☐ de Fabricação 7- ☐ Demolição obra 8- ☐ Restritiva Direitos
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

8. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: Mucuri Energética S.A.
☐ CPF ☒ CNPJ 09.259.407/0001-02
☐ RG ☐ RGP ☐ Título Eleitoral ☐ CNH-UF ☐ Placa do Veículo ☐ RENAVAM

Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência): Fazenda Monte Verde Nº. / Km: - Complemento: Zona Rural
Bairro/Logradouro: Distrito de Presidente Pena Município: Carlos Chagas UF: MG
CEP: 39.864.000 Cx Postal: - Fone: 3321.02.3326 E-mail: -

6. Atividade: ☐ AAF ☒ Licenciamento ☐ DAIA ☐ Outorga ☐ Não há processo ☐ Processo nº -

Atividade desenvolvida: Barragem de geração de energia Código da Atividade: E-02-01-1 Porte: M Classe: 5

7. Outros Envolvidos Responsáveis

Nome do 1º envolvido: - ☐ CPF ☐ CNPJ Vinculo com o AI Nº: -
Nome do 2º envolvido: - ☐ CPF ☐ CNPJ Vinculo com o AI Nº: -

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc: Fazenda Monte Verde - Zona Rural
Complemento (apartamento, loja, outros): - Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: Distrito Presidente Pena
Município: Carlos Chagas CEP: 39.864.000 Fone: 3321.02.3326
Infração em ambiente aquático: ☐ Rio ☐ Córrego ☐ Represa ☐ Reservatório LHI ☐ Pesque-Pague ☐ Criadouro ☐ Tanque-sede
☐ Outro: - Denominação do local: -

Coord. Geográficas: DATUM ☒ SAD 69 ☐ Córrego Alegre Latitude: 12 Grau 35 Minuto 41 Segundo Longitude: 46 Grau 59 Minuto 11 Segundo
Plusas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

9. Descrição da Infração

Referência do Local: RH - Mucuri

Em fiscalização no local onde será o futuro reservatório da RH - Mucuri, constatou-se a supressão da vegetação nativa até as proximidades da parcela (1 ses) do inventário florestal apresentado sob protocolo 852634/2011 para a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa.

Cabe ressaltar que o respectivo inventário infirma a densidade relativa de 1,94 para a espécie Dalbergia nigra, considerando a informação acima e o relato do representante do empreendimento de que houve supressão de 52,88 (cinquenta e duas hectares e oitenta e oito ares) de vegetação nativa, tem-se o corte de 2614 (dois mil seiscentos e quatorze) indivíduos de Dalbergia nigra (marcadas segundo IN MMA nº 06/2008).

Assinatura do Agente Autuante-MASP/Matricula: Caroline Celli - 1150175-6 Assinatura do Autuado: -

10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	DN	Port. Digitalização
	01	86	II	301	-	-	44844/2008	14309/02			
02	86	II	305	-	-	44844/2008	14309/02				
03	86	III	312	-	-	44844/2008	14309/02				

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

12. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	01	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 11.892,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.892,00
02	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 90.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 120.000,00	
03	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 1.307.000,00	R\$ 52.280,00	R\$ 1.359.280,00	
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$

Valor total das multas: R\$ 1.46.180,00 (um milhão quatrocentos e noventa e seis mil e oitenta e oito reais)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____

14. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações
Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações
A atividade de intervenção ambiental deverá ser suspensa até a regularização desta, junto ao órgão competente.

15. Testemunha	16. Testemunha
Nome Completo	Nome Completo
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Endereço: Rua, Avenida, etc.
UF	UF
CEP	CEP
Fone	Fone
Assinatura	Assinatura
CPF	CPF
CNPJ	CNPJ
RG	RG

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA: ☐ PRESIDENTE/FEAM ☐ DIRETOR GERAL/IGAM ☐ DIRETOR GERAL/IEF, NO SEGUINTE ENDEREÇO:

SUPRAM - L.M. Rua Vinte e oito, 100 - Ilha dos Amigos, Governador Valadares - MG, Cp: 35020-800

(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

Local: GOVERNADOR VALADARES Dia: 21 Mês: 12 Ano: 2011 Hora: 19:50

17. Assinaturas	Servidor (Nome Legível)	MA SP/Matricula	Autuado/Empreendedor (Nome Legível)
	ANDRÉIA COLLI	1150175-1	
	Assinatura do servidor		Função/Vínculo com o Autuado
			Assinatura do Autuado/Representante Legal
	<input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> PMMG		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

POLÍCIA MILITAR feam

IEF

AUTO DE FISCALIZAÇÃO

Nº 5 - 251 / 2011

Folha: 02 / 02

Objetivo da Fiscalização

IDENTIFICAÇÃO

[] AAP [X] Licenciamento [X] APEF [] Outorga [] Não há processo
Processo: 07299/2007/002/2007, 3027/2007 Atividade: 5-02-01-L

Nome / Razão Social: Construtora Norberto Odebrecht S.A.
CNPJ: [] CPF: [] CNH: [] CTPS: [] RG: 32912 14/0001-60
Nome fantasia/apelido: R.H. Mucuri
Endereço (Rua, Av., Rodovia, etc.): Estrada Monte Verde Nºkm: 7
Complemento: Sítio Pádua Bairro/localidade: Distrito de Pádua, Monte Verde
Município: Carlos Chagas UF: MG CEP: 39.864-000 Telefone: (31) 3122-3346
Fax: () Caixa Postal: E-mail:
Endereço para correspondência: Rua Pádua, 2, Pádua
Município: Carlos Chagas UF: MG CEP: 39.864-000 Telefone: (31) 3122-3346
Empreendimento: Construtora Norberto Odebrecht
Fax: () Caixa Postal: E-mail:

Assinalar Datum (Obrigatório) [X] SAD 69 [] WGS 84 [] Conego Alegre

Formato	Datum	Latitude	Longitude
Lat/Long	Gau - 42	Min: 35	Seq: 42.2
Formato UTM (X,Y)	Longitude ou X (6 dígitos) =	Latitude ou Y (7 dígitos) =	
	Não considerar casas decimais	Não considerar casas decimais	
	Fuso	Fuso ou Meridional para formato UTM	
	22 23 24	Meridiano Central	36° 45° 51°

Local (fazenda, sítio, etc.): Município:

Referência:

A realização desta inspeção no local onde fica a futura
reservatório da R.H. Mucuri, sendo constatada que o terreno
está representado no mapa de propriedade que
pertence a empresa de recuperação natural, sítio Pádua, Monte
Verde, da parcela 01 a 05, do inventário florestal apresentado
sob protocolo 852634/2011, sendo este fato constatado
por meio de visita in loco. Além disso, foi informado pelo
representante da empresa, Sr. Fabiano de Fátima, que
há possibilidade de realizar a aplicação do inventário
florestal apresentado sob o protocolo 852634/2011, tendo em
vista a supressão das áreas incluídas no planejamento
de desenvolvimento econômico, em especial:
- Em campo foram identificados os pontos de amostragem
das parcelas 01 a 05, cobrindo a área total da reserva
inteira, a topografia foi levantada na parcela 05 (FES) e a
informação do inventário florestal (foto-aérea), tendo por base
a coordenada geográfica informada no inventário florestal sob
protocolo 852634/2011,
- O material levantado durante a supressão que vem sendo
realizado, encontra-se disposto em local próximo ao
alagamento de contaminação de águas, cobrindo a área que
parte do material levantado da área de contaminação de
águas subterrâneas (mapas 1 e 2), conforme informado pelo Sr. Fabiano
Fátima em visita que o empreendimento não possui autorização
para supressão de toda a área reservada, este fato constatado
que supressão a área de desenvolvimento da reserva
inteira.

Folha de Continuação [] Sim [X] Não

Município: Carlos Chagas Data: 07/12/2011 Hora da Lavatura: 09:30

ASSINATURAS

Servidor (Nome Legível) MASP: PPM Assinatura

1. Fabiano de Fátima 11/12/2011

2. Fabiano de Fátima 11/12/2011

3. Fabiano de Fátima 11/12/2011

Recbi a 2ª via deste Auto de Fiscalização

Fiscalizado / Representante do Fiscalizado: Fabiano de Fátima Assinatura: [Assinatura]

Vínculo com o empreendimento: Sítio Pádua Assinatura: [Assinatura]

1ª via: Vistoriador; 2ª via: Processo Administrativo; 3ª via: Bico

79796/2012



OF.SUPRAM-LM - Nº 705/2011

Governador Valadares, 22 de Dezembro de 2011

Assunto: Encaminhamento de Auto de Infração

Referência: Processo de Licença Nº07299/2007/002/2007 e Processo de Intervenção Ambiental Nº03027/2007

Prezado Empreendedor,

Comunicamos que durante análise dos processos de regularização ambiental citados acima, verificou-se o descumprimento do Termo de Compromisso e Responsabilidade firmado (Resolução SEMAD Nº723, de 19 de março de 2008); o descumprimento da condicionante Nº 01 do Parecer Único Nº 294366/2008; e a execução da supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental.

Por esta razão, foram lavrados os Autos de Infração nº 46485 e 46487, os quais estão sendo encaminhados ao Senhor.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, o autuado dispõe do prazo de até 20 (vinte) dias, contado a partir do recebimento deste Auto de Infração, para o pagamento da multa ou apresentação da defesa para Supram Leste Mineiro, localizada na Rua Vinte e Oito, nº100, Bairro Ilha dos Araújos, Governador Valadares, MG, CEP: 35020-800.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.
Atenciosamente,

Diretora Regional de Apoio Técnico
MASP: 1150175-6

À

Mucuri Energética S.A.

Construtora Queiroz Galvão S.A.

Rua Manoel Pimenta, Nº 2, Bairro Centro
Carlos Chagas, MG
CEP: 339.864-000

17/01/2012

Maria Helena Santos
Superintendente
SUPRAM Leste Mineiro
MASP: 1150175-6



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME C	Mucuri Energética S.A.
ENDER	Construtora Queiroz Galvão S.A.
	Rua Manoel Pimenta, Nº 2, Bairro Centro
CEP / C	Carlos Chagas, MG
	CEP: 339.864-000
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
OFÍCIO SUPRAM-24 N. 705/2011;	
AUTOS DE INFRAÇÃO N. 46485 E 46487	
NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
<input type="checkbox"/> EMS	
<input type="checkbox"/> SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
Silvana Santos	19/06/2012
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	PÚBLICA E NAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
	842091
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

7540300-8

FCD453 / 16

114 x 105 mm

FEAR 19/06/2012 - 465271/2012



Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

Paula

À
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do
Leste Mineiro – SUPRAM LM
Att. Sra. Maria Helena Batista Murta
Superintendente

Ref.: OF. SUPRAM-LM – No. 705/2011
Processo de Licença No. 07299/2007/002/2007 e
Processo de Intervenção Ambiental No. 03027/2007
AI No. 46.487 (vinculado ao Auto de Fiscalização No.
251/2011, de 07/12/2011).
Defesa da Autuada

FEW 15/02/2012 13:59 - 113414/2012

Prezada Senhora,

Acusando o recebimento do ofício e do Auto de Infração em referência, sirvo-me desta para, tempestivamente, apresentar **DEFESA DA AUTUADA** junto a este órgão julgador, conforme consignado no mesmo e em obediência ao disposto nos Artigos. 33 e 37, § 1º., Decreto n. 44.844/2008.

Solicito o acolhimento desta – em anexo – para posterior julgamento por V. Sa.

Ressalto que a defesa da autuada ora apresentada ocorre via postal conforme lhe é facultado o Art. 39 do diploma legal citado acima.

Pelo que, sou

Atenciosamente,

Mauritina

Maria [REDACTED]
OAB-MG [REDACTED] OAB-SC [REDACTED]
p.p. Mucuri Energética S/A
Construtora Queiroz Galvão S/A

À

Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro – SUPRAM LM

Att. Sra. Maria Helena Batista Murta

Superintendente

Ref.: OF. SUPRAM-LM – No. 705/2011

Processo de Licença No. 07299/2007/002/2007 e

Processo de Intervenção Ambiental No. 03027/2007

AI No. 46.487 (vinculado ao Auto de Fiscalização No. 251/2011 de 07/12/2011).

Súmula: Defesa da Autuada

DAS RAZÕES DA DEFESA

Mucuri Energética S/A, pessoa jurídica de direito privado, empresa constituída para fins específicos da construção da PCH Mucuri, sua operação e comercialização da energia elétrica por ela gerada, com suas instalações físicas na Fazenda Monte Verde, Distrito de Presidente Pena, Zona Rural do Município de Carlos Chagas/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.259.407/0001-02 e I.E. 00.109.023.900-40 com sede na Rua Santa Luzia, n. 651, 22º. Andar - Parte, Centro – CEP 20.030-041, Rio de Janeiro/RJ (Doc. 01) aqui representada por seus Diretores, os Srs. **Mardonildo** [REDACTED] e **Dório** [REDACTED] ambos [REDACTED] residentes e domiciliados na cidade do [REDACTED] inscritos no CPF/MF sob os ns. [REDACTED] portadores dos RGs de ns. [REDACTED] respectivamente, e **Construtora Queiroz Galvão S/A**, empresa de construção civil pesada, sediada na Rua Santa Luzia, 651, 2º. Ao 6º. Andar, Centro – CEP 20.030-040, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 33.412.792/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Jurídico, o Sr. **Alberto** [REDACTED] inscrito na OAB-SP sob o n. [REDACTED] (Doc. 02), por sua procuradora **Maria** [REDACTED] inscrita na OAB-MG e na OAB-SC sob os números [REDACTED] respectivamente e no CPF/MF sob o n. [REDACTED] residente e domiciliada na

hac
01/11

Cidade de Vila Velha/ES, na Av. Antonio Gil Veloso, N. 02, Apto. 1004, bairro Praia da Costa, CEP 29.101-010 onde recebe intimações (Docs .03 e 04 – Mandatos) vêm apresentar **DEFESA, CONTESTANDO** de maneira específica, tanto nos seus aspectos formais quanto materiais, a saber:

- I- O Auto de Fiscalização No. 251/2011, de 07/12/2011 (**Doc. 05**);
- II- O Auto de Infração No. 46.487, de 21/12/2011 (**Doc. 06**),

pelo que alega,

PRELIMINARMENTE:

Da Ilegitimidade Da Parte

O Auto de Fiscalização No. 251/2011 aponta a **Construtora Queiroz Galvão S/A** no campo "identificação" como a responsável pelo local onde ocorreu a vistoria. Equivocaram-se os agentes fiscalizadores pois embora fosse, a princípio, a detentora da concessão dos serviços públicos de energia elétrica pela ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica e nesta condição tenha sido licenciada pela SUPRAM-LM a **Construtora Queiroz Galvão S/A** requereu, juntamente com a **Mucuri Energética S/A** a transferência de titularidade junto a este órgão, na data de 03 de fevereiro de 2011 (**Doc. 07**).

Presume-se que esta transferência efetivou-se tendo em vista que o Auto de Infração em comento (AI No. 46.485) foi lavrado em nome de **Mucuri Energética S/A**.

Desta forma, a **Construtora Queiroz Galvão S/A** comparece em sede de defesa, apenas e tão somente, com a finalidade de afastar a preclusão de quaisquer direitos de defesa a si inerentes e somente a si imputados por erro formal no preenchimento do Auto de Fiscalização.

Eventualmente, caso esta transferência esteja pendente **REQUER** desde já sejam acolhidas as alegações na defesa de mérito, estrita e extensivamente também em relação a si.

Mac
02/11

DA DEFESA DE MÉRITO;

O Auto de Infração *in casu* deve ser analisado sob os critérios formais e materiais. Assim, temos que:

1) No Campo 9 do AI a agente autuante descreve as infrações:

"Em fiscalização no local onde será o futuro reservatório da PCH Mucuri constatou-se a supressão da vegetação nativa até as proximidades da parcela 06 (seis) do inventário florestal apresentado sob protocolo 852634/2011 sem a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa.

Cabe ressaltar que o respectivo inventário informa a densidade relativa de 1,94 para a espécie Dalbergia Nigra, considerando a informação acima e o relato do representante do empreendimento de que houve supressão de 52,88 (cinquenta e dois hectares e oitenta e dois ares) de vegetação nativa tem-se o corte de 2.614 (dois mil, seiscentos e quatorze) indivíduos de Dalbergia Nigra (ameaçada segundo INMMA N. 06/2008)."

- Quanto a alegação:

"...sem a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa."

EQUIVOCOU-SE a agente autuante visto que a Autuada encontra-se resguardada pela APEF (hoje, DAIA) concedida no Processo N. 3027/2007 constando no próprio site do SIAM – Sistema Integrado de Informação Ambiental da SEMAD esta informação (**Doc 08**).

Consta ainda na 2ª. Via da Licença de Instalação N. 008 com sua validade até 11/06/2014 – fato este que abona, sem dúvida, a sua conduta quanto a área desmatada.

Cumpre, porém ressaltar que caso a agente autuante tenha entendido que a área desmatada estava em não conformidade com a APEF não foi por culpa, dolo ou má fé da autuada.

Insistentes foram os apelos, pessoalmente e através de documentos para que o órgão licenciador e fiscalizador - esta superintendência - se pronunciasse acerca desta questão.

*Nac
03/11*

Anote-se que na APEF concedida, por **ERRO MATERIAL** na digitação da mesma aponta 1,1 ha sendo certo que o requerimento foi de 11,0 há (sendo tal reconhecido via Parecer Único n. 0575098/2011, de 03/08/2011) – não houve quaisquer recomendações quanto a proibição de corte de alguma espécie em particular. (Doc.09)

Desta forma, buscando resguardar-se e visando o cumprimento da lei com o procedimento correto acerca do desmatamento a autuada, por seus prepostos, solicitou ao IEF – Instituto Estadual de Florestas

“...uma vistoria técnica tendo como finalidade o inventário da área a ser desmatada de forma a possibilitar o enchimento do lago, ressaltando que esta solicitação vem em caráter de urgência em razão da necessidade do início do mesmo.” (Doc. 10).

O IEF compareceu em campo e produziu o Relatório de Inventário Florestal com data de 03/08/11 tendo sido encaminhado a esta superintendência em 10/08/2011 através do ofício PCH-MUC-RECON-0041/2011 no qual é expressamente solicitado

“...seja analisado e aprovado no âmbito dessa Superintendência e do COPAM, se necessário.” (Doc. 11)

Constata-se que o citado relatório foi apresentado nesta superintendência sob Protocolo N. 0598734/2011, datado de **10 de agosto de 2011!**

Constata-se ainda que **embora produzido por agente público estadual, servidor lotado no próprio IEF, profundo conhecedor do local, detentor incontestável de fé pública NÃO CONSTA QUE TENHA SIDO ANALISADO E SEQUER CONSTA DE FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO NO SIAM** (Doc.12)!

Tivesse ele sido analisado comprovar-se-ia que não constata a ocorrência de 01 (uma) única espécie de indivíduo de *Dalberia nigra* em toda a área vistoriada.

Ocorre que desprezando o inventário citado, foi requerido a autuada por esta superintendência **NOVO ESTUDO, NOVO INVENTÁRIO** o

Doc 04/11

qual, diligentemente providenciou e encaminhou, a saber, o Inventário Florestal produzido pela DAP Florestal e protocolado sob o N. 852634, em 11/11/2011 no Processo N. 07860/2011 formalizado em 13/11/2011

2) Em relação à mesma área desmatada o referido Auto de Infração aponta

“...a densidade relativa de 1,94 para a espécie *Dalbergia Nigra*, considerando a informação acima e o relato do representante do empreendimento de que houve supressão de 52,88 (cinquenta e dois hectares e oitenta e dois ares) de vegetação nativa tem-se o corte de 2.614 (dois mil, seiscentos e quatorze) indivíduos de *Dalbergia Nigra* (ameaçada segundo INMMA N. 06/2008).”

Ocorre que ao referir-se ao Inventário Florestal protocolado sob o N. 852.634 ignorou a informação nele constante quanto a espécie e ao volume apontados como indiscriminadamente desmatados.

Recorrendo ao Inventário Florestal apontado – Inventário Florestal produzido pela DAP Florestal e protocolado sob o N. 852634, em 11/11/2011 no Processo N. 07860/2011 formalizado em 13/11/2011 – constata-se que o técnico encarregado de ir a campo e prestar as informações constantes informa a ocorrência de 10 (dez) indivíduos (ou exemplares) da espécie *Dalbergia nigra* (cabiúna) localizados estes nas Parcelas 5 e 7:

- Página 29: Tabela 5 – Relação das famílias botânicas e espécies arbóreas amostradas:

Família – Fabaceae: *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth.

Nome Vulgar: Cabiúna

Parcelas visualizadas: 5, 7

- Páginas 72/73: Quadro 1.5 – Relação das famílias botânicas e espécies encontradas na Parcela 5: 01 (uma) ocorrência.

- Página 76: Quadro 1.7 – Relação das famílias botânicas e espécies encontradas na parcela 7: 09 (nove) ocorrências.

Certo é que foram objetos do inventário, 14 (quatorze) parcelas da área por amostragem e a parcela 07 (sete) na qual foram apontados 09 (nove) indivíduos sequer localiza-se em área do reservatório E NÃO SERÁ SUPRIMIDA!

Mac
05/11

Dessa forma, a contradição explícita na conduta da agente autuante afigura-se flagrante: por um lado utiliza-se do inventário florestal para apenar a autuada sob o argumento dos indivíduos suprimidos e por outro não o utiliza para consultar quantos são os indivíduos apontados e em quais parcelas se localizam!

Os agentes fiscalizadores ao afirmarem no Auto de Fiscalização N. 251/2011 que

"...não houve possibilidade de realizar a aferição do inventário florestal apresentado sob o protocolo 852634/2011"...

há que se questionar também a sua **necessidade de aferição** considerando que os próprios agentes fiscalizadores informam que

"...ocorreu a supressão de vegetação nativa até as proximidades da 6 (seis)..."

as parcelas desmatadas não apontam para quaisquer indivíduos da espécie apontada como constante nas mesmas! Ou seja, embora a espécie apontada, protegida por lei, encontre-se na área autorizada para supressão via APEF ela não foi atingida!

Claramente constata-se os erros formal e material pelo que impõe-se seja anulado o guerreado Auto de Infração!

3) Quanto ao critério de apuração de 52,88 ha (cinquenta e dois hectares e oitenta e oito ares) com o corte de 2.614 (dois mil, seiscentos e quatorze) indivíduos de *Dalbergia nigra* verifica-se a imprestabilidade e a nulidade absoluta do AI sob comento!!!

O Inventário citado pela agente autuante lista 10 (dez) indivíduos **EM TODA A ÁREA CONSTANTE!!!** Como transformar essa quantia em 2.614???

Não há parâmetro para defesa em um nível tão elevado de erro – erro grosseiro, equívoco claro pelo o que requer seja **TOTALMENTE ANULADO O Auto de Infração n. 46487!!!**

4) Ao Embasamento Legal – Campo 10 – melhor razão não assiste senão vejamos:

*Mae
06/11*

Lei N. 14.309/02; Artigo 86, Anexo III, Códigos 301, 305 e 312,
Decreto N. 44844/2008:

"Código da infração 301

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental.

Código da infração 305

Explorar, desmatar, extrair, suprimir, cortar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação em área de preservação permanente, sem autorização especial ou intervir em área de preservação permanente, ainda que esta esteja descoberta de vegetação.

Código da infração 312

Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais"

O Anexo III nos remete a **quantificação das multas** a serem aplicadas, classificando-as entre **LEVE, GRAVE E GRAVISSIMA** quanto ao porte do empreendimento e contemplando as possibilidades: **sem reincidência, reincidência genérica e reincidência específica** – e respectivas quantias.

Constata-se a ocorrência do fenômeno do *bis in idem* – se a infração citada decorre de suposto descumprimento de autorização de desmatamento não podem ser admitidas TRÊS PENALIDADES SOBRE O MESMO FATO, SOB PENA DE AFRONTA aos Princípios da Legalidade, Razoabilidade e Proporcionalidade e ao próprio decreto utilizado: vide o disposto no Art. 57:

"Art. 57. Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas."

*Mac
07/11*

Da própria redação das infrações comprova-se que trata-se de apenas uma conduta pelo que impõe-se a obrigatoriedade de **ANULAÇÃO DE UMA, DUAS OU MESMO AS TRÊS MULTAS!**

O Auto de Infração e as multas cominadas estão eivados de gritantes e inacreditáveis vícios, de natureza primária, o que os torna eivados de nulidade insanáveis e, como tal, destinados inexoravelmente à sua anulação, como demonstrado a seguir.

- Não foi observado o Princípio da Legalidade quando da lavratura do Auto de Infração em questão. Não houve prova prévia de que a Autuada tivesse, efetivamente, suprimido 2.614 (dois mil, seiscentos e quatorze) indivíduos da área vistoriada e fiscalizada: **"...SEM CONDIÇÕES DE AFERIÇÃO"**...segundo os agentes fiscalizadores. A justificar a imposição de multa elevadíssima – R\$ 1.496.180,00 (Hum milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e oitenta reais) há forçosamente e legalmente a necessidade de comprovação da infração antes da lavratura do auto, sob pena de sua conduta tornar-se arbitrária, passível de ser impedida ou invalidada. A agente autuante não demonstrou, em momento algum, a supressão de 2.614 (dois mil, seiscentos e quatorze) exemplares arbóreos sem prévia autorização da autoridade competente (APEF concedida), e nem mesmo poderia, posto que isso que não ocorreu e nem ocorrerá, visto que para alcançar esta quantia teria que ser TODA A ÁREA COBERTA DE JACARANDÁS deixando assim de ser esta espécie "EM VIAS DE EXTINÇÃO, por óbvio.

O ônus da prova incumbe a administração, é evidente, mas é impossível provar o que não é fato. Aliás, a prova deve ser prévia, para que o cidadão não seja surpreendido com sanções duvidosas e subjetivas. Também por isso o auto de infração é viciado e também por isso não poderia a administração, agora, posteriormente à lavratura do auto de infração, produzir as provas que não produziu previamente à lavratura do auto infracional.

Conclui-se resumindo os dois aspectos pelos quais o Princípio da Legalidade foi violentado:

- 1) Ausência de correspondência entre a conduta supostamente ilícita e os dispositivos regulamentares invocados, inclusive com demonstração insuficiente da conduta atribuída à autora;

e
Mac
08/11

2) Ausência de prova prévia da suposta infração.

- Invoca-se ainda o Princípio da Proporcionalidade, ou seja, da correspondência entre a conduta infratora e a sanção aplicada.

Ainda que a aferição desta medida possa apresentar dificuldade em ser caracterizada, no caso em tela, é perfeitamente clara: se considerarmos que apenas 01 (um) indivíduo foi relacionado na parcela 05 e se a supressão da vegetação ocorreu somente das parcelas 01 a 05, inequívoco que a multa deve refletir esta realidade pois é certo que, flagrada a desproporcionalidade, a sanção é inválida.

- Depara-se o autuado com o disposto nos Arts. 81 e 82:

"Art. 81. Lavrado o auto de infração, o mesmo será revisto pela autoridade competente, para a verificação da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, e dos demais critérios estabelecidos neste Capítulo.

Parágrafo único. Integra a revisão prevista do caput a observância da existência de reincidência que, eventualmente, não tenha sido constatada, pelo agente autuante, no momento da lavratura do auto de infração.

Art. 82. Na hipótese prevista no art. 81 de alteração no auto de infração pela autoridade competente o infrator será notificado da mesma sendo-lhe reaberto o prazo para defesa."

Se isto ocorreu, à autuada não foi dado conhecimento visto que sendo V. Sa., a autoridade competente, consta vossa assinatura apenas como "ciente". Pelo que há de se admitir, mais uma vez a fragilidade flagrante do AI pelo que deve ser declarado nulo.

- **Questão demasiada confusa depara a autuada ao compulsar o Parecer Único de N. 937276/2011!** Consta que foi redigido na data de 17 de novembro de 2011 sendo entregue na data de 17 de dezembro de 2011 por ocasião da reunião do COPAM-LM. Ocorre que:

I – O Auto de Fiscalização N. 251/2011 foi lavrado na data de 07 de dezembro de 2011;

*Mac
09/11*

II – O Auto de Infração N. 46.487 foi lavrado na data de 21 de dezembro de 2011.



Ou seja: O PARECER ÚNICO DE 17/11/2011 PREVIA O OCORRIDO NA FISCALIZAÇÃO E SUA CONSEQUENTE EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO EM DATAS POSTERIORES?

Não há explicação lógica ou justificativa plausível para este caso, suficientes a validarem o AI guerreado, pelo que se impõe, mais uma vez a sua anulação!

Diante de todo o exposto e alegado, a Autuada **REQUER** de V. Sa.:

- 1) Seja acolhida a preliminar suscitada com o fim de afastar a responsabilidade da Construtora Queiroz Galvão S/A por ilegitimidade na pessoa jurídica vistoriada. Caso contrário, sejam acolhidas todas as alegações em relação a parte para efeitos finais de defesa.
- 2) Seja analisado, processado e aprovado o Inventário Florestal protocolado perante esta superintendência sob N. 0598734/2011 em 10/08/2011, emitido pelo IEF-MG visto que detém fé pública.
- 3) A anulação *in totum* do Auto de Infração N. 46.487 pelos motivos apontados no curso da presente peça.
- 4) Eventualmente, não sendo este o vosso entendimento, a anulação de uma ou mesmo duas das multas pela proibição de ocorrência de *bis in idem*.
- 5) A liberação imediata da área sob suspensão da atividade de desmatamento tendo em vista o alegado e a urgência nos trabalhos visando o enchimento do reservatório quando da emissão da Licença de Operação.

hac
10/11

- 6) A partir de então sejam enviadas as notificações, intimações e comunicações para o endereço indicado no preâmbulo, qual seja: Rua Santa Luzia, N. 651, 22º. Andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.030-041 (Art. 34, Inciso VI).

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

Maria *Antonieta de Andrade Curinhas* 11/11
Antonieta de Andrade Curinhas

OAB-MG 77.038 e OAB-SC 18.808-A

p.p. Mucuri Energética S/A

p.p. Construtora Queiroz Galvão S/A



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.259.407/0001-02 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 11/12/2007			
NOME EMPRESARIAL MUCURI ENERGETICA S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 38.11-5-01 - Geração de energia elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
LOGRADOURO R SANTA LUZIA	NÚMERO 651	COMPLEMENTO 22 ANDAR - PARTE	
CNPJ 20.030-041	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/12/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **06/07/2011** às **12:03:50** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Mucuri Energética S.A.

Av. Rio Branco, 156 sala 3101 parte - CEP 20.045-901
Centro - Rio de Janeiro - RJ
TEL: (21) 2131-7100 - FAX: (21) 2131-7321

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
MUCURI ENERGÉTICA S/A
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009
CNPJ 09.259.407/0001-02 - NIRE 33300284851**

- 1) - **LOCAL, DIA E HORA:** Sede da empresa, na Av. Rio Branco nº 156 – sala 3101 - parte, nesta cidade, no dia 12 de novembro de 2009, às 13:30 horas;
- 2) - **PRESEÇA:** Presentes os membros do Conselho de Administração, a saber: Presidente: Ricardo [REDACTED] Vice-Presidente: Marcos [REDACTED] e Conselheiro: Antonio [REDACTED]
- 3) - **MESA:** Presidente: Ricardo [REDACTED] e Secretário: Marcos [REDACTED]
- 4) - **DELIBERAÇÃO:** À unanimidade, com as abstenções legais, decidiu-se aceitar a renúncia coletiva dos membros da Diretoria e eleger, em seus lugares, as pessoas a seguir qualificadas, com mandato de 3 (três) anos a contar desta data: **MARDONILDO** [REDACTED] portador da carteira de identidade de nº [REDACTED] expedida pelo [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] residente nesta cidade e domiciliado na [REDACTED] **RICARDO** [REDACTED] portador da carteira de identidade de nº [REDACTED] expedida pelo [REDACTED] Região, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] residente nesta cidade e domiciliado na [REDACTED] e **DÓRIO** [REDACTED] portador da carteira de identidade de nº [REDACTED] expedida pelo [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED] os quais declaram, neste ato, não estarem incursos em nenhum crime que os impeça do exercício das atividades mercantis, ficando fixada a remuneração global mensal em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), valor que entre eles será distribuído conforme deliberação do Conselho;
- 5) - **DATA:** Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2009;
- 6) - **ASSINATURAS:** Presidente: Ricardo [REDACTED] Secretário: Marcos [REDACTED] Presidente do Conselho de Administração: Ricardo [REDACTED] Vice-Presidente do Conselho de Administração: Marcos [REDACTED] e Conselheiro: Antonio [REDACTED]

"Confere com o original lavrado no livro próprio"

Marcos de Queiroz [REDACTED]
Secretário da Mesa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: MUCURI ENERGETICA S/A	
Nire: 33-3-000485-1	
Protocolo: DEJ00023049-8 - 00110206	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM E DATA ABERTO:	01/12/2009. E O REGISTRO HOF-01 NÚMERO
00001978079 DATA: 01/12/2009	VERONICA D. Silva SECRETARIA GERAL

3

Mucuri Energética S.A.

Av. Rio Branco, 156 sala 3101 parte - CEP 20.040-001
Centro - Rio de Janeiro - RJ
TEL: (21) 2131-7100 - FAX: (21) 2131-7321

**ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA DA
MUCURI ENERGÉTICA S/A
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011
CNPJ nº 09.259.407/0001-02
NIRE 33300284851**

LOCAL, DIA E HORA: Sede da empresa, na Av. Rio Branco nº 156 - sala 3101 - parte, nesta cidade, no dia 25 de maio de 2011, às 10:00 horas;

PRESEÇA: Os membros da Diretoria abaixo assinados;

MESA: Presidente: Mardonildo [REDACTED] Secretário: Ricardo [REDACTED]

DELIBERAÇÃO: À unanimidade dos presentes, decidiu-se transferir o endereço constante do CNPJ nº 09.259.407/0001-02 (NIRE 33300284851) instalado na Avenida Rio Branco nº 156 - sala 3101 - parte - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20040-001, para: Rua Santa Luzia nº 651 - 22º andar - parte - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-041;

DATA: Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011;

ASS.: Presidente: Mardonildo [REDACTED] Secretário: Ricardo [REDACTED]
[REDACTED] Mardonildo [REDACTED] Ricardo [REDACTED] e Dório [REDACTED]

"Confere com o original lavrado em livro próprio".

MUCURI ENERGÉTICA S.A.

Ricardo [REDACTED]
Secretário da Mesa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: MUCURI ENERGÉTICA S/A
NIRE: 33.3.00284851
Protocolo: 07.251/020485-4
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI JACIMADO SOB O Nº
00002194987
DATA: 10/05/2011



1881882

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: MUCURI ENERGÉTICA S/A
NIRE: 33.3.00284851
Protocolo: 07.251/020485-4 - 07/05/2011
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2011, F.O. REGISTRO DO NOME
E DATA ABADO.
00002194987
DATA: 10/05/2011
Valéria J. A. Silva
SECRETÁRIA GERAL

DOC. 02



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.412.792/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/06/1966
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESTABELECIMENTO UNIFICADO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.99-5-89 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
LOGRADOURO R SANTA LUZIA	NÚMERO 651	COMPLEMENTO 2 AO 6 ANDARES	
CEP 20.030-041	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **07/02/2012** às **15:02:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
CNPJ nº 33.412.792/0001-60 - NIRE 333000154118

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011**

- 1) **LOCAL, DIA E HORA:** Sede da empresa, na Rua Santa Luzia nº 651 - 2º ao 6º andares, Centro, nesta cidade, no dia 30 de junho de 2011, às 17:00 horas;
- 2) **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- 3) **MESA:** Presidente: Maurício [REDACTED] e Secretário: Nilton [REDACTED];
- 4) **ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e votação da proposta de retificar os valores da redução do capital da reorganização societária da Companhia, mediante atribuição das ações do capital social do Estaleiro Atlântico Sul S/A e direito correlatos aos acionistas, com equivalente redução do capital social, recompondo-se o capital social, mediante a capitalização de reservas e conversão de mútuo da Controladora em capital, aprovada na AGE realizada nesta data, às 14:00h.
- 5) **RESOLUÇÕES:** À unanimidade, os Acionistas adotaram as seguintes resoluções:

- (i) aprovar a proposta de retificação da reorganização societária aprovada na AGE realizada nesta data, às 14:00h, mediante os seguintes termos:

(a) redução do capital social da Companhia, de R\$ 925.080.260,45 (novecentos e vinte e cinco milhões, sessenta mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos), para R\$ 413.656.284,68 (quatrocentos e treze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), com uma redução efetiva no valor de R\$ 511.403.975,77 (quinhentos e onze milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia. Em decorrência da redução de capital, a acionista Queiroz Galvão S/A receberá, a título de restituição de capital, 188.303.099 (cento e oitenta e oito milhões, trezentas e três mil, noventa e nove) ações ordinárias do capital social do Estaleiro Atlântico Sul S/A ("EAS"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.099.082/0001-53, no valor de R\$ 218.562.743,55 (duzentos e dezoito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e três e cinquenta e cinco centavos), que representa 40% (quarenta por cento) do capital social do EAS, dos 41,03% (quarenta e um por cento) detidos pela Companhia, conforme constante do balance levantado em 31 de maio de 2011, bem como receberá, em transferência, os direitos incidentes sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") e Mútuos que a Companhia detém junto ao EAS, nos valores, respectivamente, de R\$ 178.130.303,99 (cento e setenta e oito milhões, cento e trinta mil e trezentos e três reais e noventa e nove centavos) e R\$ 114.710.928,00 (cento e quatorze milhões, setecentos e dez mil, novecentos e vinte e oito reais), conforme data-base de 30 de junho de 2011. Os demais acionistas renunciam, neste ato, à restituição do capital em seu favor, por se tratar de valor inexpressivo,

consideradas as respectivas participações, vez que cada um detém apenas 1 (uma) ação ordinária do capital social da Companhia; e

(b) recomposição do capital social da Companhia, sem emissão de ações, aumentando para R\$ 959.052.990,65 (novecentos e cinquenta e nove milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos), mediante a capitalização da reserva de incentivos fiscais, no valor de R\$ 7.741.527,53 (sete milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), reserva legal, no valor de R\$ 107.523.706,87 (cento e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e seis reais e oitenta e sete centavos), reservas de lucro a realizar, no valor de R\$ 388.122.022,46 (trezentos e oitenta e oito milhões, cento e vinte e dois mil, vinte e dois reais e quarenta e seis centavos), bem como por conversão em capital do saldo atualizado do mútuo, realizado pela Queiroz Galvão S/A, no valor de R\$ 42.009.449,11 (quarenta e dois milhões, nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e onze centavos), conforme constante do balanço levantado nesta data.

- (ii) Em consequência da resolução adotada no item acima, aprovar a alteração da redação do Artigo 4º, do Estatuto Social, que passará a vigorar da seguinte forma:

"Artigo 4º - O Capital Social é de R\$ 959.052.990,65 (novecentos e cinquenta e nove milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos), representado por 840.353.965 (oitocentos e quarenta milhões, trezentas e cinquenta e três mil, novecentas e sessenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado."

- (iii) Em razão dos debenturistas terem aprovado a redução do capital por valor superior ao ora deliberado, declarar como desnecessárias novas aprovações ou retificação das já concedidas. Determinou-se encaminhar cópia da presente ata para os debenturistas.
- (iv) Em decorrência da alteração havida nesta Assembleia, declarar retificada a deliberação tomada na AGE realizada nesta data, às 14:00h, conforme termos e condições acima, bem como aprovar a consolidação e publicação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a fazer parte integrante desta assentada, independentemente de sua transcrição.
- (v) Aprovar a lavratura sumariada e publicação da ata da assembleia, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à assembleia realizada.

6) **ENCERRAMENTO E DATA:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2011.

7) **ASSINATURAS:** Presidente: Mauricio [redacted] Secretário: Nilton [redacted]
Ricardo [redacted] e Mauricio [redacted] p/QUEIROZ GALVÃO S/A;
Mauricio [redacted] Fernando [redacted] Marcos [redacted]
e Ricardo [redacted]

"Confere com o original lavrado no livro próprio"

Nilton [redacted]
Secretário da Mesa


1855532






07-2011/277628-0 04 ago 2011 16:25
07 - RS_CARIOCA Guia: 1/0019052-1
3330001541-8 Alcos: 301
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A
Junta » Calculado: 397,00 Pago: 397,00
DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00002217044 04/08/2011 302

07-2011/277628-0 06 set 2011 14:22
07 - RS_CARIOCA Guia: 1/0019052-1
3330001541-8 Alcos: 301
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A
Junta » Calculado: 397,00 Pago: 397,00
DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00002229586 01/09/2011 302

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A Nire: 33.3.0001541-8 Protocolo: 07-2011/277628-0 CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O N. 00002232090 DATA: 09/09/2011 Valéria L. de S. Silva SECRETÁRIA GERAL
---	---

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A Nire: 33.3.0001541-8 Protocolo: 07-2011/277628-0 CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O N. 00002232090 DATA: 09/09/2011 Valéria L. de S. Silva SECRETÁRIA GERAL	
---	---

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Artigo 1º - A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A é uma sociedade empresária por ações, resultante da transformação ocorrida em 19/11/1963, conforme despacho no DNRC sob o nº 102.886, da sociedade por quotas de responsabilidade limitada QUEIROZ & GALVÃO LTDA, fundada na cidade do Recife, em 13 de abril de 1953, em conformidade com o ato constitutivo arquivado na Junta Comercial de Pernambuco sob o nº 564, em 13 de junho de 1953, subordinada à Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, demais normas aplicáveis e ao disposto neste Estatuto.

Artigo 2º - Constituem objetivos da Companhia: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida a intermediação imobiliária; c) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; d) a participação, com recursos próprios, em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas aos seus objetivos sociais; e) a participação, com recursos próprios, no capital de outras empresas de prestação de serviços à indústria petrolífera; f) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás; g) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química, petroquímica e de limpeza urbana; h) a execução de obras de construção de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica; i) participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames, a critério da Diretoria, isoladamente ou em consórcios com empresas congêneres, visando a execução de serviços de engenharia em geral; j) a execução de serviços de limpeza pública, nestes compreendidos a coleta e transporte de lixo domiciliar urbano, hospitalar, industrial, de resíduos especiais, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos e demais serviços inerentes e correlatos; k) a exploração e execução de serviços e obras públicas em geral, mediante concessão da Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual ou Municipal; l) construção de barragens, adutoras, estradas vicinais, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais; m) aluguel de bens móveis e imóveis de propriedade da empresa; n) a execução de serviços de transportes, apoio aquaviário, dragagem marítima e fluvial; o) a fabricação, industrialização e comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo o gênero; p) a realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas; q) o comércio, importação e exportação de sementes e mudas.

Parágrafo Único - As atividades constantes dos objetivos sociais da empresa poderão ser desenvolvidas no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia, cuja duração será por tempo indeterminado, tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 2º ao 6º andares, Centro, CEP 20030-041, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios, no Brasil e no exterior.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º - O Capital Social é de R\$ 959.052.990,65 (novecentos e cinquenta e nove milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos), representado por 840.353.965 (oitocentos e quarenta milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentas e sessenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Artigo 5º - Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações não serão representadas por cautelas, comprovando-se a sua titularidade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá emitir, a qualquer tempo, obedecidas as prescrições legais, ações nominativas ordinárias ou preferenciais, estas sem direito a voto e resgatáveis no prazo de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, contados da emissão, a critério do Conselho de Administração, pelo preço da emissão corrigido pelo IGP/FGV.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 6º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração e a Diretoria terão os poderes e atribuições conferidos pelas leis aplicáveis, por este Estatuto e pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros, obrigatoriamente acionistas, residentes ou não no país, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Vencido o mandato dos Conselheiros, esse será considerado automaticamente prorrogado até a ocorrência de Assembleia Geral que eleja novos Conselheiros ou reeleja aqueles em exercício do cargo.

Artigo 8º - No caso de vacância de cargo de Conselheiro, o substituto será eleito pelos Conselheiros remanescentes, vigorando seu mandato até a primeira Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Ocorrendo vacância na maioria dos cargos do Conselho, será convocada Assembleia Geral para proceder à nova eleição.

Artigo 9º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impedimentos eventuais, passando a ocupar a presidência na hipótese de vacância do cargo.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo a vacância prevista no parágrafo anterior, os demais membros do Conselho de Administração elegerão, dentre os Conselheiros remanescentes, um novo Vice-Presidente, cujo mandato vigorará até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo vacância nos dois cargos, o Conselho de Administração elegerá, dentre os Conselheiros remanescentes, novos Presidente e Vice-Presidente, cujos mandatos vigorarão até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Quarto - Compete ao Presidente em exercício do Conselho de Administração:

- a) Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais e presidi-las;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 10 - As convocações para as reuniões deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões e serão feitas por escrito, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por fax, aos Conselheiros nos locais por eles informados à Companhia.

Artigo 11 - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 12 - O Conselho de Administração, que é órgão de deliberação colegiada, instalar-se-á, quando convocado, com a presença mínima de metade de seus membros, deliberando por maioria de votos, sendo admitida a participação de Conselheiros à reunião via ligação telefônica, video conferência, ou outra forma de comunicação que permita ao Conselheiro expressar sua opinião aos demais.

Artigo 13 - Os Conselheiros são dispensados de prestar caução e serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da Assembleia que os elegeu, ressalvada a hipótese de, presentes,

assinarem a Ata da Assembleia Geral que os eleger, o que valerá, nesse caso, também como Termo de Posse.

Artigo 14 - Compete privativa e exclusivamente ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas neste Estatuto Social e na forma da lei:

1. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
2. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os integrantes da Diretoria da Companhia, e fixar-lhes as respectivas atribuições;
3. Convocar as Assembleias Gerais;
4. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e acerca das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
5. Deliberar sobre: a) a aprovação do orçamento anual da Companhia; b) o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; c) a declaração de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;
6. Autorizar:
 - a) a alienação e a constituição de ônus reais sobre os bens do ativo não circulante da Companhia, cujo valor seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - b) a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
 - c) a prestação de garantias em favor da própria Companhia, das empresas por ela controladas ou a ela coligadas e nas quais a Companhia tenha participação societária, sempre que o valor superar R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - d) a formalização de operações de crédito e de financiamento em geral, inclusive operações estruturadas, que excedam ao valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - e) a renúncia ou cessão de direitos que resultem em obrigações para a Companhia em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - f) a renúncia ou cessão de direitos, em qualquer valor, relativos à participação da Companhia em outras sociedades, inclusive preferência de subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações, de bônus de subscrição, de partes beneficiárias e exercício de opção de compra de ações.

7. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
8. Escolher e destituir os auditores independentes, que deverão ser devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, para realizarem a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia;
9. Fixar, dentro do valor global determinado pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos Conselheiros e dos integrantes da Diretoria;
10. Propor o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação de imputá-los ou não à conta de dividendos.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Artigo 15 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 17 (dezessete) integrantes, acionistas ou não, todos eles residentes no País, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 05 (cinco) Diretores, e 11 (onze) Diretores Adjuntos, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Compete aos integrantes da Diretoria a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por lei, por este Estatuto e pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Os integrantes da Diretoria tomarão posse de seus cargos, dispensados de prestar caução, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo, lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, ressalvada a hipótese de, presentes, assinarem a Ata da Reunião do Conselho de Administração que os eleger, o que valerá, nesse caso, também como Termo de Posse.

Parágrafo Terceiro - Em caso de licença, impedimento temporário ou vacância, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto do licenciado, impedido ou titular do cargo vago, na primeira reunião que se seguir ao acontecimento. O substituto permanecerá no cargo até o desimpedimento ou o término da licença do substituído, ou até o final do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quarto - Vencido o mandato dos integrantes da Diretoria, este será considerado automaticamente prorrogado até a ocorrência de reunião do Conselho de Administração que eleja novos membros da Diretoria para aquele em exercício.

Artigo 16 - A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto, em especial ao que reza o seu artigo 17, na legislação aplicável e nas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral, sendo vedado aos seus integrantes, isolada ou conjuntamente, a prática de atos em nome da Companhia, estranhos aos seus objetivos.



13

Artigo 17 - Compete à Diretoria:

- I) cumprir as disposições deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- II) além da prática de todos os atos necessários ao funcionamento normal da Companhia, inclusive a representação em juízo ou fora dele, no país ou no exterior, e ainda:
 - a) mediante a assinatura individual de um dos integrantes da Diretoria:
 - a.1.) representar a Companhia perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas, inclusive em procedimentos de licitação, podendo, para esse fim, assinar propostas, declarações e documentos afins;
 - a.2.) outorgar procurações "ad judicia" e aquelas que confirmem poderes de representação judicial da Companhia, inclusive para fins de depoimento pessoal;
 - a.3.) praticar atos relativos a registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários.
 - b) mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) dos integrantes da Diretoria, podendo ser (i) o Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor ou em conjunto com 01 (um) Diretor Adjunto; (ii) 02 (dois) Diretores; (iii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Diretor Adjunto ou, ainda, (iv.1) assinatura de dois procuradores, ou, (iv.2) um procurador em conjunto com o Diretor Presidente, Diretor ou Diretor Adjunto:
 - b.1.) assumir obrigações em geral, no Brasil ou no exterior;
 - b.2.) realizar operações de crédito e de financiamento em geral, inclusive operações estruturadas, que não excedam ao valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - b.3.) assinar cheques, letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias, podendo emitir, aceitar e endossar;
 - b.4.) movimentar contas correntes da Companhia, receber valores e quantias passando recibo, dando quitação;
 - b.5.) prestar e aceitar caução, fiança e outras garantias, no exclusivo interesse da Companhia, das empresas por ela controladas ou a ela coligadas e nas quais a Companhia tenha participação societária, que não excedam ao valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);



- b.6) contratar operações de "leasing", observados os limites especificamente estabelecidos neste Estatuto Social para operações de crédito;
- b.7) alienar e constituir ônus reais sobre os bens do ativo não circulante da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- b.8) celebrar contratos de consórcio e de "joint-venture";
- b.9) após prévia e expressa autorização do Conselho de Administração:
 - b.9.1) renunciar ou ceder direitos que resultem em obrigações para a Companhia em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - b.9.2) renunciar ou ceder direitos, em qualquer valor, relativos à participação da Companhia em outras sociedades, inclusive preferência de subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações, de bônus de subscrição, de partes beneficiárias e exercício de opção de compra de ações;
 - b.9.3) alienar e constituir ônus reais sobre os bens do ativo não circulante da Companhia, cujo valor seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - b.9.4) formalizar operações de crédito e de financiamento em geral, inclusive operações estruturadas, que excedam ao valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - b.9.5) prestar garantias em favor da própria Companhia, das empresas por ela controladas ou a ela coligadas e nas quais a Companhia tenha participação societária, sempre que o valor superar R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - b.9.6) prestar garantias a obrigações de terceiros.

Artigo 18 - Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes específicos, inclusive quanto aos limites de valor, mediante a assinatura conjunta de 02 (dois) integrantes da Diretoria, podendo ser (i) o Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor ou em conjunto com 01 (um) Diretor Adjunto; (ii) 02 (dois) Diretores; ou, ainda, (iii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Diretor Adjunto. As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo, tal prazo, ser superior a 12 (doze) meses, com exceção das procurações "ad judícia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 19 - A critério da Diretoria, poderão ser abertas e encerradas filiais, sucursais e escritórios em qualquer local do país ou no exterior.

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 20 - O Conselho Fiscal, não permanente, quando instalado na forma da Lei, terá 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, e que preencham os requisitos da legislação aplicável.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que seguir àquela de eleição, e terá as funções e competência previstas em Lei.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da lei.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, o qual convidará um representante da Companhia para secretariar os trabalhos.

Artigo 22 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração e, na sua falta, pela Diretoria, e instalar-se-á na forma prevista na lei.

Artigo 23 - Compete à Assembleia Geral deliberar e decidir sobre todas as matérias e negócios relativos ao objeto da Companhia, tomando as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo Único - Além das matérias que por lei e por este Estatuto, sejam de competência da Assembleia Geral, compete-lhe também, fixar os honorários individuais ou globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 24 - O exercício social começará em 1º de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano, coincidindo com o ano civil.

Artigo 25 - No fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei, baseadas na escrituração mercantil da Companhia.

Artigo 26 - Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório.

- Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- Parágrafo Segundo** - Os acionistas poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos inferior ao constante deste artigo, ou a retenção de todo o lucro;
- Parágrafo Terceiro** - A Diretoria poderá propor e a Assembleia aprovar a distribuição antecipada de dividendos, à conta dos dividendos do exercício. Não havendo distribuição antecipada, os dividendos serão pagos durante o exercício em que tiverem sido aprovados.
- Parágrafo Quarto** - Os dividendos não reclamados dentro de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII **JUÍZO ARBITRAL**

Artigo 27 - A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - As disputas ou controvérsias serão solucionadas por meio de arbitragem a ser administrada pelo Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("Câmara"), de acordo com o disposto no regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").

Parágrafo Segundo - A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois polos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos polos.

Parágrafo Terceiro - Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras, inclusive, mas não se limitando, a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem).

Parágrafo Quarto - A Câmara deverá proferir sua sentença no Brasil, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de início da arbitragem, observado que referido prazo poderá ser prorrogado pela Câmara por um período adicional de até 6 (seis) meses, desde que justificadamente.

Parágrafo Quinto – Os honorários dos advogados e demais despesas e custos decorrentes do procedimento arbitral serão suportados por uma ou por ambas as partes, como for decidido pela Câmara.

Parágrafo Sexto – Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

Parágrafo Sétimo – As partes envolvidas na arbitragem deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

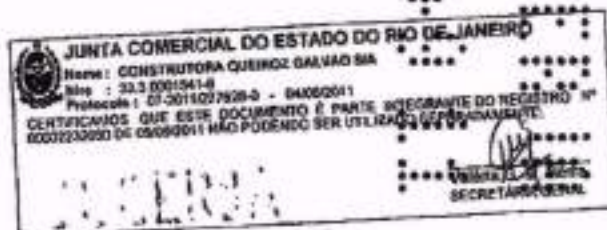
CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 - A dissolução e liquidação da Companhia far-se-á de acordo com o que resolver a Assembleia Geral, obedecendo às prescrições legais.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2011.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A


Nilton Marchetti
Secretário da Mesa





Mucuri Energética S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia nº 651 - 22º andar - parte - CEP 20030-041
PABX (21) 2131-7243 FAX (21) 2532-1109


PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **MUCURI ENERGÉTICA S/A**, com sede nesta Cidade, na Rua Santa Luzia nº 651 - 22º andar - parte, Centro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.259.407/0001-02, regularmente representada pelos Diretores infra firmados, devidamente qualificados na Ata do Conselho de Administração que os elegeu, datada de 12.11.2009, arquivada na **JUCERJA** sob o nº 1978079, por despacho de 01.12.2009, nomeia e constitui sua bastante procuradora **MARIA** [REDACTED] inscrita na OAB-MG e na OAB-SC sob os números [REDACTED] respectivamente e no CPF/MF sob o n. [REDACTED] residente e domiciliada na [REDACTED] a quem confere poderes para representar a Outorgante perante a **Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM LM, de Governador Valadares/MG**, em tudo o que se relacione ao Processo de Licenciamento Ambiental da PCH - Mucuri, localizada no Município de Carlos Chagas/MG, podendo a Outorgada para essa finalidade, oferecer e apresentar defesas a autos de infração, prestar esclarecimentos, juntar e receber documentos, bem como praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, válido até o dia 31 de dezembro de 2012.x.x.x

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2012.

MUCURI ENERGÉTICA S/A


Mardonildo Oliveira Olimpio
Diretor


Dório Paulo Cortes
Diretor

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ NARDO PINHEIRO FIDUO
Av. Almirante Barroso, 139 - Lota C - Fones 3553-6021 M2:120202100651
Reconheço por semelhança as firmas dos **DÓRIO PAULO CORTELETTI**, NRPX01
ILDO OLIVEIRA OLÍMPIO, as quais conferem com os padrões arquivados em
Cartório.
Valores
Firmas.....R\$ 1,28
Proc.dados.....R\$ 4,32
Total.....R\$ 11,72
Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 2012
Escritório
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]



NACIONAL 01149771



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARIA

COLEGIO
JURAC
MARLENE

NACIONALIDADE

SIN



DATA DE NASCIMENTO

DATA



Selo de Fiscalização

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS

PODERE ASSINAR

AUTENTICAÇÃO

77180



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS

Av. ... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850

... 3228-0850



Selo de Fiscalização

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS

PODERE ASSINAR

AUTENTICAÇÃO

77180

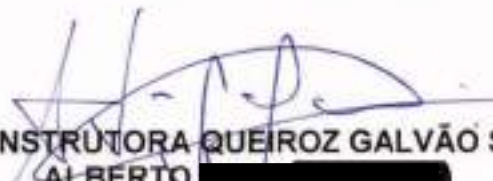


SC-JUR 031.2012

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A**, empresa de Construção Civil Pesada, sediada na Rua Santa Luzia nº 651- 2º ao 6º andar, Centro, CEP 20030041, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.412.792/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Jurídico infra-assinado, nomeia e constitui sua bastante procuradora **MARIA [REDACTED]** inscrita na OAB-MG e na OAB-SC sob os números [REDACTED] respectivamente e no CPF/MF sob o n. [REDACTED] residente e domiciliada na [REDACTED], a quem confere poderes para representar a Outorgante perante a **Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM LM**, de Governador Valadares/MG, em tudo o que se relacione ao Processo de Licenciamento Ambiental da PCH - Mucuri, localizada no Município de Carlos Chagas/MG, podendo a Outorgada para essa finalidade, oferecer e apresentar defesas a autos de infração, prestar esclarecimentos, juntar e receber documentos, bem como praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, válido até o dia 31 de dezembro de 2012.x.x.x.x

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2012.



CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
ALBERTO [REDACTED]
DIRETOR



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



feam



AUTO DE FISCALIZAÇÃO

Nº S - 251 / 2011

Folha: 01 / 01

Objetivo da Fiscalização:

IDENTIFICAÇÃO	[] AAF [X] Licenciamento [X] APEF [] Outorga [] Não há processo	
	Processo: 07299/2007/002/2007 e 3027/2007	
	Atividade: E-02-01-1	
	Nome / Razão Social: Construtora Guirara Galvão S.A.	
	CNPJ [] CPF [] CNA [] CTPS [] RG: 33912192/0001-60	
	Nome fantasia / apelido: R.H. Mucura	
	Endereço (Rua, Av., Rodovia, etc.): F. Zenda Monte Verde	
	Complemento: Zona Rural	
	Município: Carlos Chagas UF: MG CEP: 39.869-000 Telefone: (31) 3102-3326	
	Fax: () Caixa Postal: E-mail:	
Endereço para correspondência: Rua Manoel Pereira, nº 2, Centro		
Município: Carlos Chagas UF: MG CEP: 39.869-000 Telefone: (31) 3102-3326		
Empreendimento: Construtora Guirara Galvão		
Fax: () Caixa Postal: E-mail:		
Assinatar: Datum (Obrigatório) [X] SAD 66 [] WGS 84 [] Córrego Alegre		
Formato Lab/Long	Latitude	Longitude
Grau: 12 Min: 35 Seg: 42.2	Grau: 40 Min: 59 Seg: 11	
Formato UTM (X,Y)	Longitude ou X (7 dígitos)	Latitude ou Y (7 dígitos)
Não considerar casas decimais	Não considerar casas decimais	
Fuso ou Meridional para formato UTM		
Fuso	22 23 24	Meridiano Central
Local (fazenda, sítio, etc.): Município		

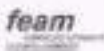
RELATÓRIO SUCINTO	Referência:
	<p>foi realizada visita no local onde será o futuro reservatório da R.H. Mucura, sendo informado pelos representantes do empreendimento que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - houve a supressão de vegetação nativa atrelada às proximidades da parcela 6 (seis) do inventário florestal apresentado sob protocolo 852634/2011, sendo este fato verbalizado por meio de visita in loco, bem como informada pelos representantes do empreendimento, Sr. Fabiano de Araújo Martins; - não houve possibilidade de realizar a abertura do inventário florestal apresentado sob o protocolo 852634/2011, sendo em vista a supressão das parcelas inseridas na fitofisionomia de floresta latifolial semidecidual; - em campo foram identificadas as fitofisionomias antes das parcelas 05 a 08, cobrindo também a diversidade entre fitofisionomia usualizada na parcela 05 (FES) de a informada no inventário florestal (Fado novo), sendo por base a conferência georreferenciada no inventário florestal sob protocolo 852634/2011; - o material levantado durante a supressão que vem sendo realizada, encontra-se disposto em local próximo ao alojamento da construção de obras, cobrindo ressaltar que parte do material levanta-se a ser doado a comunidade de Sombobatas (moquecas e B), conforme informado pelo Sr. Fabiano Martins; - tendo em vista que o empreendimento não possui autorização para supressão de toda a vegetação, este foi avisado que suspender a atividade de supressão até a regularização desta;
	Folha de Continuação [] Sim [X] Não

Município: Carlos Chagas	Data: 07/12/2011	Hora da Lavratura: 09:30
Assinaturas	Assinaturas	
Servidor (Nome Legível): 1. Carlos Gomes Moreira 2. Fabiano de Araújo Martins 3. Fabiano de Araújo Martins	MASP / Nº PM 114140-0 12352-2 1229362-5	Assinaturas
Recebi a 2ª via deste Auto de Fiscalização Fiscalizado / Representante do Fiscalizado: Fabiano de Araújo Martins Vínculo com o empreendimento: supervisor ambiental		

1ª via: Vistoria; 2ª via: Processo Administrativo; 3ª via: Bloco.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº: 46487

Vinculado ao:

☒ Auto de Fiscalização nº 251/2011 de 7/12/2011
☐ Boletim de Ocorrência nº - de -

Lavrado em Substituição ao AI nº -

2. Agenda: ☐ FEAM ☒ IEF ☐ IGAM

3. Órgão Autuante: ☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ PMMG
☒ SUPRAM

4. Penalidades Aplicadas: 1- ☐ Advertência 2- ☒ Multa Simples 3- ☐ Multa Diária 4- ☐ Apreensão 5- Embargo: ☐ de Obra ou ☐ de Atividade
6- Suspensão: ☒ de Atividade ☐ de Venda ☐ de Fabricação 7- ☐ Demolição obra 8- ☐ Restritiva Direitos
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

5. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento

Mucuri Energética S.A.

☐ CPF ☒ CNPJ

09.259.403/0001-02

☐ RG ☐ RGP ☐ Título Eleitoral ☐ CNH-UF ☐ Placa de Veículo ☐ RENAVAM

Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência)

Fazenda Monte Verde

Nº / Km

-

Complemento

Zona Rural

Bairro/Logradouro

Distrito de Presidente Pena

Município

Carlos Chagas

UF

MG

CEP

39.864-000

Cx Postal

-

Fone:

(39) 21 02 33 21 6

E-mail

-

6. Atividade

☐ AAF ☒ Licenciamento ☐ DAA ☐ Outorga ☐ Não há processo ☐ Processo nº

Atividade desenvolvida:

Barragem de geração de energia

Código da Atividade

E-02-05-1

Porte

M

Classe

5

7. Outros Envolvidos Responsáveis

Nome do 1º envolvido

-

☐ CPF ☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

-

Nome do 2º envolvido

-

☐ CPF ☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

-

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc

Fazenda Monte Verde - Zona Rural

Complemento (apartamento, loja, outros)

-

Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade

Distrito Presidente Pena

Município

Carlos Chagas

CEP

39.864-000

Fone

(39) 21 02 33 21 6

Infração em ambiente aquático: ☒ Rio ☐ Córrego ☐ Represa ☐ Reservatório UHE ☐ Pesque-Pague ☐ Cratório ☐ Tanque-rede

☐ Outro

Denominação do local:

Coord.

Geográficas:

DATUM

☒ SAD 69 ☐ Córrego Alegre

Latitude:

0 Grau 35 Minuto 42 Segundo

Longitude:

40 Grau 59 Minuto 11 Segundo

Planas: UTM

FUSO

22 23 24

X=

(6 dígitos)

Y=

(7 dígitos)

Referência do Local:

RH - Mucuri

9. Descrição da Infração

Em fiscalização no local onde será o futuro reservatório da RH-Mucuri, constatou-se a supressão da vegetação nativa até as proximidades da parcela (6/6) do inventário florestal apresentado sob protocolo 85.2634/2011 sem a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa.

Cabe ressaltar que o respectivo inventário infirma a densidade relativa de 1,94 para a espécie Dalbergia nigra, considerando a informação acima e o relato do representante do empreendimento de que houve supressão de 52,88 (cinquenta e dois hectares e oitenta e oito ares) de vegetação nativa, tem-se o corte de 2614 (dois mil seiscentos e quatorze) indivíduos de Dalbergia nigra (amarela segundo IN MMA nº 06/2008) -

Assinatura do Agente Autuante-MASP/Matricula

Carla de C. - 1150175-6

Assinatura do Autuado

-

10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Post. Nº
	01	86	III	301	-	-	44844/2008	14309/02	—	—	—
02	86	IV	305	-	-	44844/2008	14309/02	—	—	—	—
03	86	IV	312	-	-	44844/2008	14309/02	—	—	—	—

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

12. Reincidência: ☐ Genérico ☐ Específico ☐ Não foi possível verificar

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	01	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 11.858,00	R\$ 5.001,00	R\$ 6.859,00
02	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 90.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00	
03	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 1.307.000,00	R\$ 52.280,00	R\$ 1.254.720,00	
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ()						
Valor total das multas: R\$ 1.416.180,00 (um milhão quatrocentos e noventa e seis mil e oitenta e oito reais)						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ()						

14. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações
Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações
A atividade de intervenção ambiental deverá ser suspensa até a regularização desta, junto ao órgão competente.

15. Testemunha	
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ <input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km Bairro / Logradouro Município
UF CEP Fone ()	Assinatura

16. Testemunha	
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ <input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km Bairro / Logradouro Município
UF CEP Fone ()	Assinatura

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA: ☐ PRESIDENTE/FEAM ☐ DIRETOR GERAL/IGAM ☐ DIRETOR GERAL/IEF, NO SEGUINTE ENDEREÇO:

SUPRAM-LM - Rua Vinte e oito, 100 - Ilha dos Amigos, Governador Valadares - MG, Cp. 35020-800

(VERE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

Local: GOVERNADOR VALADARES Dia: 21 Mês: 12 Ano: 2011 Hora: 14:50

17. Assinaturas		
Servidor (Nome Legível)	MASS/Matrícula	Autuado/Empreendimento (Nome Legível)
ANDRÉIA COLLI	1150175-6	
Assinatura do servidor		Função/Vínculo com o Autuado
<input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> PMMG		Assinatura do Autuado/Representante Legal

**Mucuri Energética S.A.**

Av. Rio Branco, 156 sala 3101 parte - CEP 20.040-901
Centro - Rio de Janeiro - RJ
TEL: (21) 2131-7100 - FAX: (21) 2131-7321

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2011

MUC - 003/2011

A

SUPRAM-LM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Att. Sra. Maria Helena Batista Murta
Superintendente

Ref.: Solicitação de Alteração de Titularidade/Concessionária

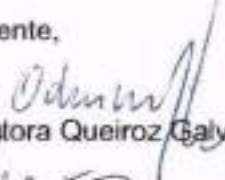
Prezada Senhora,

Considerando que o Processo de Licenciamento No. 07299/2007/002/2007 bem como as licenças ambientais emitidas no seu curso estão consignados em nome da Construtora Queiroz Galvão S/A solicitamos a alteração de titularidade no cadastro junto a este órgão tendo em vista que esta, antes detentora da concessão da PCH Mucuri e de sua respectiva Linha de Transmissão, transferiu estes empreendimentos para a empresa Mucuri Energética S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 09.259.407/0001-02, conforme documentos em anexo.

Juntamos ainda, em anexo, as Certidões Negativas de Débitos Ambientais de ambas as empresas aqui interessadas.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


p.p. Construtora Queiroz Galvão S/A


p.p. Mucuri Energética S/A

Doc 08/12

**SEMAD**Secretaria de
Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento SustentávelSuporte Técnico: (31)
3915-1587 / (31) 3915-
1588 / (31) 3915-1589 /
(31) 3915-1594 / (31)
3915-1596**SIAM**

usuário logado: Nenhum usuário logado

Orgão:

Siam - Sistema Integrado de Informação Ambiental

Empreendedor : 09259407000102 - MUCURI ENERGÉTICA S.A
Empreendimento : 09259407000102 - MUCURI ENERGÉTICA S.A.
Processo Técnico : 07299/2007

Município: RIO DE JANEIRO
Município : CARLOS CHAGAS
Endereço : AES 18 - RIO MUCURI

[Visualizar Mapa](#)[Nova Pesquisa](#)[Retornar](#)Orgão
IEFTipo de licença
APEFQuantidade Processos
1

Empreendedor : 09259407000102 - MUCURI ENERGÉTICA S.A
Empreendimento : 09259407000102 - MUCURI ENERGÉTICA S.A - FAZENDA
MONTE VERDE
Processo Técnico : 06302/2010

Município: RIO DE JANEIRO
Município : CARLOS CHAGAS
Endereço : FAZ MONTE VERDE

[Visualizar Mapa](#)[Nova Pesquisa](#)[Retornar](#)

Orgão

Tipo de licença

Quantidade Processos

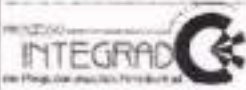


As informações abaixo são baseadas em dados disponíveis até o momento,
não tem validade como documento.

Processos APEF

Total de Registros: 2

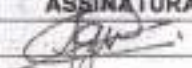


Tipo Processo	Processo	Data Formalização	Status Processo
APEF	03027/2007	09/11/2007	APEF CONCEDIDA
APEF	07860/2011	13/12/2011	PROCESSO FORMALIZADO

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0575098/2011
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro	03/08/2011 Pag. 1 de 2



ADENDO AO PARECER ÚNICO – SUPRAM LESTE MINEIRO		PROTOCOLO SIAM Nº 0575098/2011
INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Autorização Para Intervenção Ambiental	3027/2007	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Instalação (LI)		

EMPREENDEDOR:	Construtora Queiroz Galvão S/A	CNPJ:	33.412.792/0001-60
EMPREENHIMENTO:	PCH Mucuri	CNPJ:	33.412.792/0001-60
MUNICÍPIO:	Carlos Chagas e Pavão	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA: LAT/Y 17° 35' 42,2"		LONG/X 40° 59' 11"	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input checked="" type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input type="checkbox"/> NÃO			
BACIA FEDERAL: Rio Mucuri			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):		CLASSE
E-02-01-1	Barragens de Geração de energia Hidrelétrica		5
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		CNPJ/REGISTRO:	
Agetel Suporte Ambiental Ltda		04.712.383/0001-81	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR:	MATRÍCULA	ASSINATURA
Lucas [redacted] – Analista Ambiental (Gestor)	1147360-0	
Andréia [redacted] – Diretora Regional de Apoio Técnico	1150175-8	
Isabela [redacted] – Assessora Jurídica	1202517-7	

1. Introdução

O empreendimento Construtora Queiroz Galvão S/A - PCH Mucuri possui Licença de Instalação (LI) e Autorização para Intervenção Ambiental para as atividades de Barragens de Geração de Energia - Hidrelétricas, conforme DN 74/04, nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, localizada no rio Mucuri sob coordenadas 17° 35' 42,2" de latitude Sul e 42° 59' 11" de longitude Oeste.

Os referidos processos de Licença de Instalação nº07299/2007/002/2007 e Intervenção Ambiental nº3027/2007 do empreendimento foram aprovados na 36ª Reunião Ordinária do COPAM Leste Mineiro, realizada em 06/06/2008, e possui Certificado para Licença de Instalação nº 008/2008 para a atividade de "Barragem de Geração de Energias - Hidrelétricas", sob código E-02-01-1, conforme DN 74/04, emitido em 11/06/2008, com validade de 06 anos e condicionantes.

Este adendo ao Parecer Único refere-se ao quantitativo da área de intervenção ambiental, com supressão, para a instalação da PCH Mucuri, referente ao processo de Intervenção Ambiental nº3027/2007, considerando que este não se encontra descrito no Parecer único, conforme requerimento de Autorização para Exploração Florestal e estudos formalizados no processo.

2. Discussão

Consta no Parecer Único nº0294366/200, item referente à Autorização para Exploração Florestal, descrição da área a ser desmatada de 1,1ha, sendo esta divergente dos estudos e requerimento apresentados. Assim, retifica-se a informação passando a ler: a área de vegetação a ser suprimida será de 10,07ha de Floresta Estacional Semi-Decidual em estágio de regeneração florestal médio.

3. Conclusão

Por fim, a equipe interdisciplinar solicita deferimento da alteração do Parecer Único nº0294366/200, item referente à Autorização para Exploração Florestal do Processo de Intervenção Ambiental nº3027/2007, empreendimento Construtora Queiroz Galvão S/A - PCH Mucuri, na fase de Licença de Instalação, para as atividades de Barragens de Geração de Energia - Hidrelétrica, conforme DN 74/04, passando-se a ler: a área de vegetação a ser suprimida será de 10,07ha de Floresta Estacional Semi-Decidual em estágio de regeneração florestal médio.

As orientações descritas neste Adendo ao Parecer Único (nº0575098/2011), devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Leste Mineiro.



PCH-MUC-RECON-0037/2011

Carlos Chagas, 25 de Julho de 2011.

Ao
Instituto Estadual de Florestas (Núcleo de Nanuque - MG)

A Construtora Queiroz Galvão S.A. considerando que está para dar início ao processo de desmatamento, solicita do IEF que seja feita uma vistoria técnica tendo como finalidade o inventário da área a ser desmatada de forma a possibilitar o enchimento do lago, ressaltando que esta solicitação vem em caráter de urgência em razão da necessidade de início do mesmo.

Para tanto nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Segue em anexo:

- Desenho MUC-CQG-4-C-DE-RS-GER-000-REV.0
- Certificado de Licença Ambiental - LI Nº - 008 2ª Via, datado de 30 de Junho de 2011

Atenciosamente,

Antonio [redacted]
Responsável Pelo Contrato

03040000506/11

Abertura: 02/08/2011 13:24:47

Tipo Doc: OFICIO

Unid Adm: NUCLEO NANUQUE

Req. Int:

Req. Ext: ANTONIO AGRICOLA SANTOS

Assunto: OF. Nº. 37/2011 - CONSTRUTORA QUEIROZ

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

Fazenda Monte Verde, S/Nº, Zona Rural - Carlos Chagas / MG 39.864-900 - tel 55 33 2102-3326

PCH-MUC-RECON-0041/2011

Carlos Chagas, 09 de Agosto de 2011.

A
SUPRAM LM
At.: Dra Maria Helena

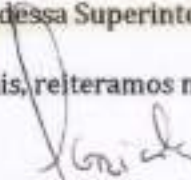

Prezada Superintendente,

Comunicamos a V. Senhoria que o IEF, atendendo nossa solicitação, fez um novo inventário florestal na área onde está sendo instalada a PCH Mucuri, para efeito de estipular as taxas a serem recolhidas àquela Instituição, referentes ao desmatamento e à comercialização do material lenhoso; ressaltamos que os resultados da comercialização do material lenhoso será a aplicação em atividades filantrópicas.

Em anexo apresentamos esse estudo do IEF, o qual solicitamos seja analisado e aprovado no âmbito dessa Superintendência e do COPAM, se necessário.

Sem mais, reiteramos nossos protestos de alta estima e consideração,

Atenciosamente,



Antonio [REDACTED]
Responsável Pelo Contrato